

Guerra Tropical contra a Censura ¹

Guerra conjugal e *Vereda tropical* podem ser classificados como os filmes ‘eróticos’ da carreira de Joaquim Pedro de Andrade. E não é por acaso. O início dos anos 70 marca a ascensão da pornochanchada, gênero que em 1972 faz três milhões e meio de espectadores com *A viúva virgem*, de Pedro Carlos Rovai, e em 1975 representa setenta por cento de nossa produção cinematográfica.

Para a censura federal, o gênero significa “diversão para adultos”, não representando perigo contra o poder constituído. Enquanto isso, nosso cinema mais autêntico seguia sendo vetado.

Politicamente, em 1974, os brasileiros assistem à posse de Ernesto Geisel. O Brasil, sob o jugo do AI 5, está censurado. Geisel deve preparar o país para a ‘abertura’. Considerado ‘moderado’, seu governo é marcado por dezenas de mortes - por ‘acidente’ ou ‘suicídio’, atentados, perseguições e tortura. Nas palavras de Geisel ², “a tortura, em certos casos, torna-se necessária para obter confissões. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com discrição. Nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que o indivíduo é impelido a praticá-la para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior”. Entre outubro de 1975 e janeiro de 1976, morrem na prisão o jornalista Wladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho. A versão oficial é de suicídio por enforcamento. Herzog, com um cinto amarrado às barras de ferro da baixa janela da cela. Fiel Filho com as próprias meias. Em abril, Zuzu Angel morre em acidente de carro. Entre 22 de agosto e 06 de dezembro de 1976 morrem, em condições intrigantes, os dois presidentes da República anteriores à ditadura. Juscelino Kubitschek em acidente de carro na Dutra, a estrada mais segura do país. João Goulart, devido à troca do remédio de rotina que, cardíaco, usava todas as noites.

Em *Guerra conjugal* e *Vereda tropical*, Joaquim Pedro mescla elementos da pornochanchada com fina linguagem metafórica e constrói ácida crítica aos desmandos autoritários.

Guerra conjugal

Considerado ‘a antítese da pornochanchada’ e saudado como crítica mordaz ao gênero, *Guerra conjugal* vai muito além. A repressão e o arbítrio institucionalizados no país são deslocados para o universo das relações humanas revelando-se nos pequenos gestos cotidianos. O público pode ignorar a tortura nos porões da ditadura, mas quem desconhece um marido que espanca e encarcera a esposa na própria casa? Ou o homem que, valendo-se de sua posição profissional, seduz e domina as mulheres com quem cruza? Ou o que, protegido pelo discurso moralista-cristão, extravasa sua ira caçando suas vítimas - jovens, velhas, feias, bonitas, obesas. Todas abatidas como Evas, ameaças à Adão. Mas *Guerra conjugal* não seria um filme de Joaquim Pedro, não fosse possível a rebeldia libertadora traduzida em Amália – “Tenho nojo de você”, no olhar de Lúcia, testemunha da impotência de Nelsinho, no assédio de João Bicha a Osiris - “A família saiu”.

Joaquim ataca e a Família reage.

¹ Este texto foi escrito para o encarte do DVD de *Guerra Conjugal*, versão restaurada pela Filmes do Serro, e pode ser adquirido pelo endereço www.videolar.com.

² A declaração de Geisel sobre a tortura encontra-se em COSTA COUTO, Ronaldo, *História indiscreta da ditadura e da abertura : Brasil : 1964-1985*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1998, p. 139.

Cartas aos jornais pedem censura mais rigorosa ³:

“Guerra Conjugal, que, havendo passado pela Censura, não teve cortada uma cena profundamente chocante e deseducativa. Apresenta um cão agredido por um pontapé; o animalzinho sai desesperado, ganindo. O extravasamento do ímpeto do artista bem poderia ter sido de outra natureza; o diretor poderia ter escolhido uma forma menos cruel e primitiva. Ninguém ignora que o cinema é um dos mais poderosos meios de comunicação. Dele muito se espera como colaborador do Lar e da Escola”.

E indignam-se contra o filme:

“Para onde caminha o cinema brasileiro? Ou fazem filmes herméticos, como *Fome de amor*, ou chanchadas horríveis como *Guerra conjugal*. Na comédia brasileira atual, as cenas picantes são da maior vulgaridade. Dá vontade de chorar de raiva ao ver o povo brasileiro, que somos nós, tão subestimado! Qualquer novela de televisão apresenta melhor e mais bem cuidado desempenho. Até os comerciais de televisão são melhores.”

A Censura federal, diferentemente do tratamento dado à pornochanchada, se levanta contra o filme. Entre 12 e 13 de dezembro de 1974, seis censores são convocados a avaliá-lo, sendo unânimes pela proibição:

“Película nacional explorando relações sexuais, infidelidade dos esposos, uso da profissão para conquistas amorosas e insatisfação sexual, em uma tônica de indução e desrespeito à Instituição familiar, caracterizando a libertinagem e a inversão de valores de nossa sociedade”, “mensagem negativa focalizando cenas indecorosas com velhotas gordas e ridículas, homossexual conquistando abertamente e complexo de Édipo”, “procura ridicularizar os fundamentos religiosos da moral e costumes. Acentua que a virgindade é preconceito”.

Apesar da proibição em território nacional, é acordada a concessão Livre para Exportação, o que confirma a estratégia do regime militar de impedir o acesso do brasileiro à própria cinematografia, enquanto vende para o exterior a imagem de país democrático, liberando na íntegra nosso melhor cinema.

A luta pela liberação continua e em janeiro de 1975 o filme é reexaminado por três censores que sugerem oito cortes. O diretor do Departamento de Censura expede certificado com quatro cortes para maiores de 18 anos, válido até janeiro de 1980. Em 14 de outubro de 1983 é autorizada a exibição do filme “em caráter especial” na Retrospectiva dos Festivais de Brasília. Não há registro de novo pedido de censura para cinema.

A liberação para TV é negada quatro anos após liberação para cinema. E dois anos depois, o pedido de reexame para TV é novamente negado. Em maio de 1981, os produtores apelam ao Conselho Superior de Censura, última instância de recurso, onde o filme recebe parecer favorável à liberação para TV, feitos os cortes impostos à sua versão original, para após 23h30, com justificção de impropriedade ‘cenas de sexo’. O relator ainda sugere

“que o interessado venha a requerer a liberação integral da obra para cinema, em nome do direito, que o público brasileiro tem, de acesso a uma das grandes produções de nosso cinema, devidamente restaurada das mutilações que lhe foram impostas no obscurantismo que caracterizou os anos 70 em nosso País”.

³ Todos os documentos citados no texto podem ser lidos na íntegra no endereço www.memoriacinebr.com.br

A autorização para TV sai em outubro de 1981, sete anos após a liberação para cinema. Em setembro de 1987, novo pedido de liberação para TV é aceito, mas mantém a decisão anterior quanto a horário e cortes.

Vereda tropical

Em julho de 1977 é feito o pedido de censura para cinema do longa *Contos eróticos*, filme em cinco episódios, do qual faz parte *Vereda tropical*. Considerado “aberração sexual”, *Vereda tropical* é vetado, autorizada apenas sua cena final: “Julgamos que tal temática acrescida da visualização minuciosa de cenas chocantes de aberração sexual, contrariam os dispositivos censórios. Poderá permanecer o quadro final do episódio em que aparece o cantor Carlos Galhardo, seqüência inteiramente divorciada das demais.”

Três meses depois, em 05 de outubro, os produtores apresentam nova cópia do filme já com cortes executados “com o intuito de atender as objeções apontadas”. O pedido de revisão dos cortes é indeferido em 18 de outubro, “considerando que o recurso do corte em nada alteraria o conteúdo pervertido, anormal e imoral do episódio ‘Vereda tropical’.

Em novembro, novo pedido de reexame do episódio *Vereda Tropical* remontado é negado.

Apesar de proibido em todo o país, um ano depois, em outubro de 1978, o diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas, Carlos Molinari de Carvalho, declara não haver impedimento para a exportação do filme ‘Contos eróticos’ em sua versão integral. Neste mesmo mês é revogado o AI-5, pondo fim à censura à imprensa. A guerra contra a censura ganha assim, um importante aliado. Em dezembro, artigo de Jean-Claude Bernardet ataca:

“O enredo daria margem a uma abundante exibição de nus neste filme. E aí começa o problema, por estranho que pareça. É fácil para um censor censurar uma pornochanchada. O censor sabe o que cortar. Joaquim Pedro criou um universo de *prazer sem culpabilidade*. O ato de censura praticado contra *Vereda tropical* é exclusivamente *ideológico*: o que não se tolera são as idéias do filme.”

Em fevereiro, o *Jornal do Brasil* publica entrevista com Joaquim Pedro, onde este declara:

“o critério é preservar o antigo. E *Vereda tropical* já é um filme auto censurado dentro dos limites óbvios da censura, na medida em que sei onde vivo e faço filmes para passar e não para ser proibido. Quando isso acontece, é como se o filme deixasse de existir. Não tem palavrão, não tem mulher nua, e mesmo assim não pode”.

Esta matéria suscita uma carta ao jornal, publicada em 17 de março, onde a leitora indigna-se contra os rumos ‘liberais’ que, a seu ver, a censura adotava:

“Em pleno domingo de carnaval publicou o *Jornal do Brasil* (com destaque) matéria sobre a proibição de *Vereda Tropical*, na qual seu inocente redator disse não entender a atitude arbitrária da Censura. Temos certeza de que, passado o primeiro impacto, a película será liberada. Aliás, daqui a pouco tempo, não haverá mais censura. Ninguém deseja o papel antipático do censor e o que tem sido liberado mostra que não há mais nada a ser proibido. Fique, porém, descansado o produtor da “inocente” *Vereda tropical*, que sua história “pueril” (não entendida pelos “carrascos” da Censura) brevemente será liberada até para crianças que irão comparar a melancia ali presente com a abóbora de Cinderela.”

Em agosto, os produtores alegam dificuldades financeiras para filmar outro episódio, e se colocam à disposição para “obedecer a qualquer corte que se fizer necessário para sua liberação”. Em novembro, um parecer ratifica o veto anterior, que, aceito pelo diretor substituto do DCDP, é encaminhado ao diretor-geral da polícia federal sugerindo que “se ratificada por Va. Sa. essa nossa decisão, sugerimos o encaminhamento do presente processo ao Conselho Superior de Censura”.

Em 20 de dezembro de 1979, o Conselho sugere a liberação sem cortes a maiores de 16 anos, alegando: “Absurdo se nos afigura o corte do episódio *Vereda tropical*, uma comédia quase escrachada, não tendo, em nenhum momento, preocupação de induzir o espectador a ter relações amorosas com uma melancia”. E assim, após dois anos proibido, o episódio é liberado e o longa *Contos eróticos* chega aos cinemas.

Em junho de 1988, três meses antes da promulgação da nova constituição, um pedido de renovação de censura para cinema é aceito. O certificado é válido até 1993. Sua liberação para televisão não chega a ser pedida.

Os processos de censura de *Guerra conjugal* e *Vereda tropical* são prova incontestável da censura com fins políticos, mesmo quando seu discurso se reveste da defesa da moral e dos bons costumes. Mais uma vez, não vetaram os filmes, mas seu criador. Não as cenas, mas as idéias. Felizmente, os governos passam enquanto filmes e seus processos de censura, preservados, continuam vivos para contar esta história. Que possam nos servir de inspiração e de alerta.

Leonor Souza Pinto
janeiro 2007

o◇o

Este texto é protegido pelas leis de direito autoral.

Seu uso está liberado, desde que citada a fonte.

Como citar :

PINTO, Leonor E. Souza. **Guerra tropical contra a censura**. Disponível em: < <http://www.memoriacinebr.com.br/> >.